

A preservação da verdade<sup>1</sup>

Um argumento dedutivamente válido é seguidamente caracterizado como um argumento *preservador da verdade*. O que isso quer dizer é que, satisfeitas certas condições – em linhas gerais, as condições que caracterizam a correção (*soundness*) de uma regra ou conjunto de regras de inferência – de premissas verdadeiras só inferimos conclusões verdadeiras. ‘Preservação da verdade’ significa, nesse uso, preservação do *valor de verdade*, não de verdades particulares. Mas, como Descartes terá sido o primeiro a notar (na terceira das *Regras para a Direção do Espírito*), há um sentido de ‘preservação’ que é mais fundamental, e do qual o conhecimento do primeiro é dependente. Pois, embora um *argumento* possa ser, proveitosamente, representado como uma estrutura abstrata (um par ordenado cujo primeiro termo é um conjunto de proposições chamadas *premissas*, e cujo segundo termo é um conjunto, usualmente unitário, de proposições chamadas *conclusões*), uma *inferência* é uma seqüência *temporal* de atos judicativos. A capacidade de destacar corretamente a conclusão de um argumento é parasitária, por isso, da capacidade de preservar, ao longo da inferência, a memória dos conteúdos e atitudes proposicionais que constituem suas premissas. Por isso Descartes escreve que ‘para a dedução não é necessário, como para a intuição, uma evidência atual, mas é antes à memória que vai buscar a sua certeza’ (1908: 370). Por isso, igualmente, Tyler Burge afirma que a memória preservativa – a memória responsável pela preservação de conteúdos proposicionais – é ‘necessária para todo raciocínio que transcorra no tempo, portanto, para todo raciocínio’ (BURGE 1998a: 363).

O tema deste ensaio pode ser descrito como *a vulnerabilidade da preservação da verdade*: como tentarei mostrar, dada certa concepção pelo menos

---

\* UFRGS/CNPq

1 À memória de Arno Aurélio Viero.

plausível sobre a constituição dos conteúdos intencionais, alterações do conteúdo conceitual da memória, seguidamente inacessíveis à detecção pelos próprios sujeitos, devem constituir uma fonte amplamente disseminada, e tão disseminada quanto despercebida, de irracionalidade.<sup>2</sup>

Nesta exposição, entendo por ‘memória preservativa’ a capacidade responsável pela preservação de conteúdos *proposicionais* (p. ex., eu lembro que Djakarta é a capital da Indonésia), por oposição à capacidade responsável pela evocação de episódios vividos ou testemunhados (p. ex., eu lembro do acidente de bicicleta que sofri aos oito anos de idade); a essa segunda capacidade chamarei, seguindo Tulving e outros autores, ‘memória episódica’.<sup>3</sup>

A memória preservativa também é chamada memória *semântica* ou *factual*; a memória episódica, por sua vez, também é chamada *autobiográfica* ou *pessoal*. A distinção entre os dois tipos de memória guarda uma relação complexa, que seria fascinante examinar (mas não posso fazê-lo aqui), com a distinção, introduzida por John Grote, retomada por William James e celebrizada por Bertrand Russell, que dela fez a viga-mestra de sua epistemologia durante os anos 1903-1914, entre conhecimento por descrição e conhecimento direto ou acusativo (*by acquaintance*).<sup>4</sup>

Em outros trabalhos, ocupei-me da natureza do conhecimento que um sujeito racional *deve* ter dos conteúdos dos próprios estados intencionais, e de seus conteúdos proposicionais em particular. Mais especificamente, interessei-me o papel cumprido pelo concurso de capacidades *discriminativas* nesse conhecimento.<sup>5</sup> O presente ensaio é o resultado, ainda muito provisório, da tentativa de estender essas investigações ao exame do papel da memó-

- 
- 2 Como se verá, a vulnerabilidade de que aqui se trata não radica na aptidão ao *esquecimento*, que (ostensivamente, ao menos) era o que Descartes tinha em vista ao comparar intuição e dedução. O que me interessa é, antes, um fenômeno cujo reconhecimento parece-me ter sido sistematicamente obstaculizado pelo predomínio, na tradição filosófica, da concepção *representacional* da intencionalidade (e da memória em particular): a instabilidade do *conteúdo conceitual* da memória – uma forma de vulnerabilidade à qual nem mesmo as lembranças indeléveis de Funes, o memorioso (na fábula de Borges), estariam imunes. Retomo, assim, quase três anos depois, o fio da meada da exposição ‘Memória e Reflexão’, que fiz no seminário *Sobre a Memória*, promovido pela Universidade Federal de Santa Maria em Vale Vêneto, em junho de 2002.
- 3 Cf. TULVING 1983 A memória preservativa de que aqui se trata corresponde ao que Tulving denomina ‘memória semântica’. Discussões filosóficas esclarecedoras da noção de memória episódica encontram-se, por exemplo, em DOKIC 1997 e MARTIN 2001.
- 4 A analogia entre as duas distinções, como era de esperar-se, não escapou a Russell: cf., por exemplo, RUSSELL 1912: 48-9; 1984: 70-73 e 168-174 (agradeço a Giovani Godoy Felice ter-me chamado a atenção para essas passagens, e instruído sobre a história da distinção entre os dois tipos de conhecimento). A teoria da memória episódica proposta em MARTIN 2001 é uma variante depurada da análise russelliana.
- 5 Cf. FARIA 1999, 2001a, 2001b, 2001c.

ria preservativa na racionalidade, tomando como ponto de partida a dificuldade suscitada, para a epistemologia da memória, pela concepção *externalista* da intencionalidade (cf. FARIA 2001c).

O externalismo é a tese segundo a qual os conteúdos das atitudes proposicionais são, ao menos parcialmente, constituídos pelas relações em que se encontra o sujeito das atitudes com o seu ambiente, natural e social. Em outras palavras, o conteúdo é uma propriedade relacional, e não intrínseca, dos estados mentais.<sup>6</sup> Para os propósitos desta exposição, o *punctum saliens* dessa tese é a conseqüência de que a determinação do conteúdo de um pensamento envolve o concurso de fatores que podem não ser (que, possivelmente, o mais das vezes não são) epistemicamente acessíveis ao próprio sujeito do pensamento.

O problema emergente é o da compatibilidade entre essa conseqüência e a “autoridade da primeira pessoa”: vale dizer, a suposição intuitiva de que cada sujeito tem um acesso epistemicamente privilegiado aos conteúdos de seus próprios pensamentos. Existe, como veremos, uma solução canônica para esse problema; mas não é, de modo algum, evidente que ela se aplique ao conhecimento dos conteúdos de pensamentos *passados*. E se a memória preservativa é, como escreve Burge ‘necessária para todo raciocínio que transcorra no tempo, portanto, para todo raciocínio’, então um problema sério é suscitado pela tese externalista para a própria concepção da racionalidade.

A melhor maneira de compreender a motivação profunda do externalismo é (como costuma ser o caso com a compreensão de toda doutrina filosófica) situá-lo em perspectiva histórica. O externalismo emerge, então, como a extensão, para a *totalidade* do conteúdo proposicional, da intuição fundamental subjacente à análise dos termos singulares que deu origem à doutrina da “Referência Direta”, proposta, a partir de meados da década de 60, por filósofos como Ruth Marcus, Saul Kripke, Keith Donnellan, David Kaplan e Hilary Putnam<sup>7</sup>: a saber, que a capacidade de *pensar em* um objeto – e portanto, de *fazer referência* a ele através do uso de um termo singular apropriado – é independente da capacidade de *identificar descritivamente* esse objeto (identificá-lo como ‘o x tal que ...x...’); e que, em troca, fatores contextuais, que podem

6 A literatura sobre o externalismo tem-se avolumado rapidamente. As mais importantes contribuições ao debate encontram-se reunidas nas coletâneas editadas por PESSIN & GOLDBERG 1996, LUDLOW & MARTIN 1998, WRIGHT, SMITH & MCDONALD 1998 e NUCCETELLI 2003.

7 A referência canônica é, por certo, o histórico tríptico de conferências proferidas por Kripke em Princeton em janeiro de 1970, publicadas em KRIPKE 1972.

8 Esse concurso pressupõe, tipicamente, a satisfação cumulativa de pelo menos duas condições:

não ser epistemicamente acessíveis ao sujeito, concorrem para fazer com que seu pensamento seja sobre tal objeto particular, e não sobre qualquer outro.<sup>8</sup>

O argumento básico é apresentado em forma lapidar num artigo de Peter Geach, que contém a exposição mais sucinta que eu conheço da tese central da “Referência Direta”. Referindo-se ao Princípio do Conhecimento Direto (*Principle of Acquaintance*) de Russell, Geach escreve:

Eu penso, de fato, que para o uso de uma palavra como nome próprio alguém deve estar no começo familiarizado (*acquainted*) com o objeto nomeado. Mas a linguagem é uma instituição, uma tradição; e o uso de um dado nome para um dado objeto, como outros aspectos da linguagem, pode ser transmitido de uma geração a outra; a familiaridade (*acquaintance*) requerida para o uso de um nome próprio pode ser mediata, não imediata. Platão conheceu Sócrates, e Aristóteles conheceu Platão, e Teofrasto conheceu Aristóteles, e assim por diante em sucessão apostólica até a nossa época; é por isso que podemos legitimamente usar ‘Sócrates’ como um nome do modo como o fazemos. Não é o nosso conhecimento dessa cadeia que valida nosso uso, mas a existência da cadeia; assim como, de acordo com a doutrina católica, um homem é um verdadeiro bispo se há, de fato, uma cadeia de consagrações que remonta aos Apóstolos, não se *sabemos* que há.<sup>9</sup>

Ora, é evidente que essa tese, se estiver correta, deve importar em uma restrição importante da “autoridade da primeira pessoa”. Pois, se Geach tem razão, a capacidade de individuar Sócrates que se expressa no uso correto do nome ‘Sócrates’ pode ficar muito aquém da posse, pelo usuário do nome, de uma *concepção discriminadora* (paradigmaticamente, uma descrição identificadora) de Sócrates. A existência de uma cadeia histórica de usos do nome, e a disposição do usuário de *deferir* a fixação da referência, tomando os

(1) a participação em uma comunidade de usuários competentes do termo singular pertinente; (2) a *deferência* da responsabilidade pela fixação da referência a membros dessa comunidade apropriadamente situados, do duplo ponto de vista causal e epistêmico, em relação a esse objeto. Cf., para uma exposição detida, KRIPKE 1972.

9 GEACH 1970: 155 (grifo meu, PF). Do mesmo modo, os argumentos de Kripke e Donnellan contra o descritivismo apelavam para o fato de que os critérios ordinários de atribuição de atitudes proposicionais não requerem que o sujeito a quem são atribuídas seja capaz de responder à pergunta ‘Quem?’ ou ‘O que?’ exibindo uma descrição ou conjunto de descrições identificadoras do objeto de suas atitudes. (Cf. KRIPKE 1971, 1972: 71-105; DONNELLAN 1966, 1972, 1974). Como diz Kripke, a profusão de exemplos, na literatura filosófica, de usuários da linguagem aptos a substituir ‘Cícero’ por descrições definidas como ‘o denunciador de Catilina’ ou ‘o autor das Tusculanas’ é um tributo à erudição histórica dos filósofos, mas uma péssima análise da semântica dos nomes próprios (1972: 80-81).

10 A análise anafórica dos termos singulares, que remonta a Quine a Geach, foi articulada em CHASTAIN

usos históricos do nome ao longo dessa cadeia como *antecedentes anafóricos* de seu próprio uso, são suficientes.<sup>10</sup> Suponhamos que, saindo de uma aula, eu encontro o Chefe do meu Departamento e o Coordenador do Programa de Pós-Graduação, que discutem as alternativas para fazer chegar a cópia de uma tese, ou outro documento, o quanto antes, às mãos de um certo Pedro. Eu não tenho mais aula ou outro compromisso antes do fim da tarde, estou motorizado e, disposto a colaborar se isso estiver a meu alcance, pergunto: ‘Onde o Pedro mora?’ Se, nessa situação, alguém me perguntasse ‘Quem é Pedro?’, eu dificilmente teria resposta melhor a oferecer que algo como ‘Esse de quem eles estão falando’. Meu uso do nome ‘Pedro’ é *parasitário* do uso que dele fazem meus colegas – a referência desse nome, no uso que dele faço, é a que o nome tem no uso que dele fazem aqueles a quem *defiro* a determinação da referência.

A dificuldade será, então, especificar uma interpretação da “autoridade da primeira pessoa” compatível com o reconhecimento de que, como diz Geach, ‘não é o nosso conhecimento dessa cadeia [*sc. a cadeia histórica de usos do nome*] que valida nosso uso, mas a existência da cadeia’ – pois isso parece equivalente ao reconhecimento de que, em certo sentido, *podemos pensar sem saber exatamente sobre o que* estamos pensando.

O *locus classicus* do externalismo, na tradição analítica, é o artigo de Hilary Putnam, “The meaning of “meaning””.<sup>11</sup> Nele, Putnam examina a consistência relativa de duas suposições intuitivas acerca da noção de significado: a saber, (1) que *conhecer o significado de uma expressão é estar em certo estado psicológico*; e (2) que *o significado de uma expressão (sua “intensão”) determina sua extensão*.

A tese de “The meaning of “meaning””<sup>12</sup> é que ‘essas duas suposições não são cumulativamente satisfactíveis por *nenhuma* noção, muito menos por alguma noção de significado’ (PUTNAM 1975: 219). Para demonstrá-la, Putnam recorre a um experimento imaginário destinado a estabelecer que a extensão de uma expressão é *subdeterminada* pela totalidade dos estados psicológicos intrínsecos de seu usuário. O experimento (um pequeno exercício de “ficção

1975, e retomada em BURGE 1977 e BRANDOM 1984. Uma exposição compreensiva e penetrante encontra-se em BERGER 2002.

11 PUTNAM 1975. O outro marco no desenvolvimento do externalismo é BURGE 1979. Para abreviar a exposição, atendo-me ao argumento originalmente formulado por Putnam. Não estará demais assinalar que, na tradição “continental”, uma concepção externalista da intencionalidade foi articulada por Heidegger em *Ser e Tempo* (1927) e por Sartre em *O Ser e o Nada* (1943); e que (como nota Burge na abertura de seu artigo de 1979), a genealogia dessa concepção remonta, pelo menos, à *Fenomenologia do Espírito* (1807) de Hegel.

12 Antecipada em PUTNAM 1970.

13 Cf. BURGE 1982; McDOWELL 1992. A esse respeito, vejam-se as observações do próprio Putnam

científica”, como o chamou o próprio Putnam) introduz o célebre exemplo de um planeta que é, em *quase* todos os aspectos, uma réplica idêntica da Terra: de fato, a Terra Gêmea (*Twin Earth*) é *exatamente* como a Terra, exceto, exclusivamente, o fato que o líquido que *lá* é chamado ‘água’ não é  $H_2O$ , mas um composto com estrutura molecular inteiramente distinta, embora *fenomenologicamente indiscernível* da água: em outras palavras, também o líquido que é chamado ‘água’ na Terra Gêmea é insípido, inodoro, incolor, mata a sede, encontra-se nos lagos e nos rios, etc. etc. No jargão de Putnam, os *estereótipos* (as propriedades que determinam os critérios de reconhecimento) da água ( $H_2O$ ) e de sua contrapartida na Terra Gêmea (XYZ) são os mesmos.

Mas, por suposição, as expressões homófonas têm extensões distintas. Assim, quando eu, habitante da Terra, afirmo (apontando para um copo sobre a mesa), ‘Este copo está cheio d’água’, minha asserção é verdadeira se, e somente se, o copo sobre a mesa está cheio d’água – isto é, de  $H_2O$ . Quando, em troca, meu duplo na Terra Gêmea afirma (apontando para um copo sobre a mesa) ‘Este copo está cheio d’água’, sua asserção é verdadeira se, e somente se, o copo sobre a mesa está cheio *do líquido que é chamado, na Terra Gêmea, ‘água’* – isto é, de XYZ.

Essa diferença não é afetada pela suposição de que *todos* os estados psicológicos intrínsecos de meu duplo na Terra Gêmea são qualitativamente idênticos aos meus (cf. PUTNAM 1975: 224). A menos que abandonemos a suposição (2) – que *o significado de uma expressão determina sua extensão* –, ao preço de tornar ininteligível a relação entre intensão e extensão, com a conseqüente desintegração do conceito intuitivo de significado, a lição a extrair do exercício de imaginação é que o significado de uma expressão é, ao menos em parte, constituído pelo ambiente (físico e social) do usuário. Como escreve Putnam: ‘Corte a torta como bem entender, os significados simplesmente não estão *na cabeça!*’ (PUTNAM 1975: 227).

*Não se trata apenas de linguagem.* Mesmo se o próprio Putnam não viu isso desde o começo, outros, a começar por Tyler Burge, se encarregaram de mostrá-lo<sup>13</sup>.

em sua Introdução a *The Twin Earth Chronicles*: ‘Por certo, negar que os significados estejam na cabeça deve ter conseqüências para a filosofia da mente, mas à época em que escrevi essas palavras eu não sabia ao certo que conseqüências eram essas. Afinal de contas, *conhecer o significado de uma palavra e usar uma palavra com significado* são “habilidades mentais” paradigmáticas; entretanto, eu não sabia ao certo, quando escrevi *The Meaning of “Meaning”*, se a moral daquele ensaio deveria ser que não devemos conceber o significado das palavras como algo que está na mente ou se (como John Dewey e William James) deveríamos parar de pensar na mente como algo que está “na cabeça”, e concebê-lo, antes, como um sistema de capacidades e interações que envolvem o ambiente. No fim, terminei oscilando entre essas duas posições.’ (PESSIN & GOLDBERG 1996: xvii-iii).

14 O célebre argumento dos “cérebros numa cuba” (*brains in a vat*), apresentado por Putnam em

O ponto crítico, aqui, é que as diferenças entre as extensões de ‘água’ tal como essa expressão é usada, respectivamente, por Pedro e por seu duplo na Terra Gêmea ‘afetam as ocorrências *obliquas* em orações subordinadas que especificam os conteúdos dos seus estados e eventos mentais’ (BURGE 1982: 145). Se eu atribuísse ao duplo de Pedro a crença que *o copo sobre a mesa está cheio d’água*, estaria fazendo uma atribuição *falsa*. Pedro crê que *o copo está cheio de água* (ocorrência oblíqua): de água, *isto é*, de H<sub>2</sub>O. Seu duplo crê que o copo está cheio *do líquido que é chamado, na Terra Gêmea, ‘água’* (isto é, de XYZ). ‘Em outras palavras, exatamente como supomos que “água” e “água-gêmea” (*twater*) não são logicamente intersubstituíveis *salva veritate* por expressões coextensivas, temos uma diferença entre seus pensamentos (conteúdos de pensamento). (...) “Água” ocorre obliquamente na atribuição relevante. E são expressões em ocorrência oblíqua que têm a função de especificar os conteúdos mentais de uma pessoa, especificar quais sejam seus pensamentos.’ (BURGE 1982: 145)

A esta altura, a questão da compatibilidade entre externalismo e “autoridade da primeira pessoa” está exposta a céu aberto. Se os conteúdos de nossos pensamentos são determinados pelo ambiente (natural e social) em que nos encontramos, então uma de duas conseqüências igualmente intoleráveis pareceria seguir-se. Pois suponhamos que eu diga, diante de um copo cheio de um líquido transparente que tenho sobre a mesa: ‘Este copo está cheio d’água’. A admissão simultânea da tese externalista e do princípio da autoridade da primeira pessoa autoriza, acerca dessa asserção, duas inferências igualmente catastróficas. A primeira progride por *modus ponens*:

- |   |                                 |
|---|---------------------------------|
| (1) Se estou pensando que <i>este copo está cheio d’água</i> , então água é um constituinte do ambiente com o qual interajo (diretamente ou através de minha comunidade lingüística). | Externalismo                    |
| (2) Sei que estou pensando que este copo está cheio d’água.   | Autoridade da Primeira Pessoa   |
| (3) Se sei que <i>p</i> , então <i>p</i> .  | Postulado (“Lei de Parmênides”) |
| (4) Estou pensando que este copo está cheio d’água.   | (2), (3), MP                    |
| (5) Água é um constituinte do ambiente com o qual interajo (diretamente ou através de minha comunidade lingüística)   | (1), (4), MP                    |

Esse argumento, está claro, ilustra uma manobra irrestritamente generalizável – que, de ser admissível, forneceria um princípio de geração de “argumentos transcendentais” perfeitamente triviais para todos os propósitos concebíveis: dada a conjunção do externalismo com a autoridade da primeira pessoa, o conhecimento *a priori* que temos dos conteúdos de nossos pensamentos seria condição suficiente de conhecimento *a priori* dos objetos (no “mundo exterior”) desses pensamentos (Cf. BOGHOSSIAN 1997; BERNECKER 2000).<sup>14</sup> Mas, se essa conclusão é inadmissível, restaria apenas percorrer o caminho inverso para concluir, por *modus tollens*, que o externalismo é, de fato, *incompatível* com a autoridade da primeira pessoa: para saber em que estou pensando, eu precisaria empreender uma investigação empírica do ambiente em que me encontro.<sup>15</sup>

A resposta canônica a essa pretendida redução ao absurdo é a tese “compatibilista” acerca das relações entre o externalismo e o princípio da autoridade da primeira pessoa, proposta, em diferentes matizes, por filósofos como Tyler Burge, Donald Davidson, Sidney Shoemaker e outros. Segundo essa tese, o conteúdo proposicional do pensamento “de primeira ordem” *p* é *integralmente* incorporado à auto-atribuição (o pensamento “de segunda ordem”) ‘Penso que *p* – seja qual for aquele conteúdo de primeira ordem.’<sup>16</sup> Por força dessa incorporação integral, esses pensamentos de segunda ordem (‘*cogito-like thoughts*’, como os chama Burge), exibem a propriedade da *autoverificação*: o fato de *pensar que estou pensando que p* torna, *eo ipso*, verdadeiro *que estou pensando que p*.

Essa incorporação do pensamento “de primeira ordem” (‘Este copo está cheio d’água’) na auto-atribuição (o pensamento “de segunda ordem” ‘Estou pensando que este copo está cheio d’água’) é uma relação *constitutiva*, inteiramente imune aos acidentes da causação mental (*Contra* HEIL 1988). Como enfatizam, variadamente, Burge, Davidson ou Shoemaker, a autoridade da primeira pessoa é fundada em considerações *normativas* – em particular, na consideração da função constitutiva do conhecimento de si na racionalidade.<sup>17</sup>

---

*Reason, Truth, and History* (PUTNAM 1981), é seguidamente denunciado como um caso paradigmático dessa espécie degenerada de “argumentos transcendentais”. Não posso examinar aqui a procedência dessa crítica – um assunto mais complicado do que parece à primeira vista.

15 Essa conclusão incompatibilista é defendida, dentre outros, por BOGHOSSIAN (1989, 1997), por Michael McKinsey em ‘Anti-Individualism and Privileged Access’ (1991) e por Jessica Brown em ‘The Incompatibility of Anti-Individualism and Privileged Access’ (1995) – ambos republicados em LUDLOW & MARTIN 1998.

16 Cf. DAVIDSON 1984, 1987, BURGE 1988, SHOEMAKER 1988, HEIL 1988.

17 Cf., em particular, além dos artigos citados na nota precedente, BURGE 1998b.

18 Porque a atribuição de acesso privilegiado é, como foi assinalado, *prima facie* – sujeita a desqualificação em uma variedade de circunstâncias caracterizáveis, genericamente, como lap-



A idéia central aqui é que atribuir racionalidade a um sujeito importa necessariamente em atribuir-lhe um acesso *prima facie* privilegiado aos conteúdos de suas atitudes proposicionais: é constitutiva da racionalidade a capacidade de examinar criticamente os próprios juízos; ora, o exercício dessa capacidade requer, de um sujeito que pensa sobre um objeto qualquer, que saiba que é sobre esse objeto, e não sobre outra coisa, que está pensando.<sup>18</sup>

O conhecimento dos próprios conteúdos proposicionais (a autoridade da primeira pessoa; o ‘autoconhecimento básico’, como o chama Burge) não está fundado, portanto, em nada como um *processo confiável*, da espécie que, para muitos epistemólogos contemporâneos, é responsável pela distinção crucial entre conhecimento e (mero) juízo verdadeiro.<sup>19</sup> Como assinala Kevin Falvey, se a autoridade da primeira pessoa devesse ser explicada por algum processo confiável em virtude do qual (por exemplo) o pensamento de primeira ordem ‘*p*’ causaria o pensamento de segunda ordem ‘Penso que *p*’, as atitudes proposicionais que tipicamente submetemos a exame ao raciocinar criticamente ‘seriam tratadas como *objetos* de investigação, de tal modo que o ponto de vista do examinador crítico e o do sujeito das atitudes examinadas não estariam mais unificados que os de duas pessoas distintas. Mas isso é inconsistente com a *imediatez* racional com que se segue que eu devo mudar minha atitude de primeira ordem quando se torna manifesto que ela carece de base adequada.’ (FALVEY 2003: 234) Um sujeito racional, em outras palavras, não pode ser coerentemente concebido como um *espectador* de suas próprias atitudes e conteúdos proposicionais.

Mas a atribuição de autoridade é, em primeiro lugar, atribuição *prima facie*, sujeita a revisão em face de evidências desqualificadoras – como, de um modo absolutamente geral, toda atribuição de capacidades e atitudes racionais. Em segundo lugar, e decisivamente, a relação constitutiva que Burge, Davidson, Shoemaker *et alii* apontam existir entre o pensamento “de primeira ordem” e

---

so de racionalidade – Burge prefere falar em uma ‘pretensão legítima’ (*entitlement*) ao autoconhecimento: cf., em particular, BURGE 1996. As vicissitudes da racionalidade (o auto-engano, a má-fé, a fraqueza da vontade) são o tema recorrente dos ensaios reunidos no volume póstumo de Davidson, *Problems of Rationality* (DAVIDSON 2004).

19 Refiro-me à análise “confiabilista” do conhecimento, introduzida por Frank Ramsey num ensaio pioneiro de 1929, substancialmente refinada por Alvin Goldman e outros a partir de meados da década de 70, e adotada por um número expressivo dentre os principais epistemólogos contemporâneos. Nessa análise, conhecimento é juízo verdadeiro formado através de um processo confiável – tipicamente, através do exercício, em condições normais, de capacidades cognitivas como a percepção, a memória ou a inferência; e da aceitação do testemunho fidedigno.

20 Essa observação contém (entre outras coisas) a chave para a elucidação do exasperante problema lógico-filosófico que Wittgenstein denominou ‘o paradoxo de Moore’. Cf. FARIA 2001d.

a correspondente auto-atribuição “de segunda ordem” está restrita (esse é um traço essencial de todo ‘*cogito-like thought*’) ao *tempo presente* – mais especificamente, aos pensamentos cuja expressão característica é a *primeira pessoa* do tempo *presente* no modo *indicativo* em seu uso *assertórico*.<sup>20</sup> Apenas nesse caso privilegiado, um juízo da forma ‘S pensa que *p*’ é condição suficiente de sua própria verdade. Em *todos* os outros casos, a diferença de perspectivas (entre pessoas, tempos ou modos) fornece uma ampla margem de possibilidades de atribuição errônea.<sup>21</sup>

Dentre todos esses, o caso da memória é particularmente intrigante. Pois, quando eu julgo que *pensei* que *p*, ainda que o faça de uma perspectiva temporalmente distinta, as duas perspectivas são, afinal de contas, de uma *mesma* pessoa: a expectativa de que haja entre essas perspectivas uma relação *interna*, constitutiva, nada tem de arbitrária (essa expectativa seguidamente se faz notar em argumentos filosóficos sobre a identidade pessoal, por exemplo). Mais decisivamente, para os propósitos desta exposição, o que essa expectativa expressa é o reconhecimento do papel constitutivo que tem a memória preservativa na *racionalidade* (BURGE 1993, 1998a).

E, com isso, chegamos ao coração do problema. O maior interesse da tese externalista estava, justamente, no reconhecimento do impacto que a exposição a contextos *mutáveis* acarreta para a constituição dos conteúdos de pensamento. É o que explica a proliferação, na literatura recente sobre o externalismo, de discussões sobre o deslocamento (*switching*) entre contextos, não raro ilustradas com elaboradas fantasias sobre viagens entre a Terra e a Terra-Gêmea, abduções transplanetárias e outros exercícios de ficção científica. De fato, esses experimentos imaginários são apenas uma maneira de dramatizar fenômenos muito mais corriqueiros que, de ser correta a tese externalista, produzem-se em uma variedade de situações propiciadas pela exposição a diferenças (*por exemplo*, mas não somente, culturais) entre os contextos em que as capacidades racionais de um mesmo sujeito devem ser exercidas.<sup>22</sup>

21 Como escreve Davidson: ‘Nem o falante nem o ouvinte sabem de algum modo especial ou misterioso o que significam as palavras do falante; e ambos podem errar. Mas há uma diferença. O falante, após lançar mão de todo conhecimento e habilidade de que dispõe na tarefa de explicar o que significam suas palavras, não pode oferecer nada melhor que a seguinte espécie de declaração: ‘Meu proferimento de “Wagner morreu feliz” é verdadeiro se, e somente se, Wagner morreu feliz.’ O ouvinte não tem nenhuma razão para supor que essa seria a melhor maneira *para ele* de enunciar as condições de verdade do proferimento do falante.’ (1984: 13)

22 Esse ponto foi justamente enfatizado, e ilustrado com exemplos pertinentes, por Peter Ludlow em dois artigos importantes, ‘Externalism, Self-Knowledge, and the Prevalence of Slow Switching’ (1995) e ‘On the Prevalence of Slow Switching’ (1997), ambos reimpressos em LUDLOW & MARTIN 1998. Você atravessa a rua, frequenta outro círculo de relações, e está deferindo aos usuários de

Esse é o problema específico da *preservação dos conteúdos proposicionais*: o problema da memória preservativa, que não fica resolvido pela tese “compatibilista”, tal como formulada originalmente por Burge, Davidson e outros. Aquela tese, como salientei, só tem aplicação imediata ao conhecimento, no *presente*, dos conteúdos de atitudes proposicionais *correntes*: a esse conhecimento *momentâneo* estava limitada a força do *Cogito* cartesiano, como de seus avatares na filosofia da mente de nossos dias.

O problema da preservação, em troca, é um problema de dinâmica cognitiva, no sentido que deu a essa expressão David Kaplan.<sup>23</sup> De fato, é um problema suscitado por todo pensamento que contenha elementos indiciais ou demonstrativos – por todo pensamento cujo conteúdo seja dependente do contexto em que se encontra o sujeito.

Suponhamos que eu passo repetidas vezes diante da vitrine de um antiquário e, a cada vez, detenho-me a admirar uma jarra de porcelana chinesa exposta em lugar de destaque entre outros objetos; e que, a cada vez, ocorrem-me pensamentos como ‘Esta jarra ficaria bem lá em casa, no aparador da sala de jantar’ ou ‘Aí está um perfeito presente de aniversário para minha mãe’. Em cada uma dessas ocorrências, está claro que o objeto de meu pensamento é a *jarra que tenho diante de mim*, na vitrine do antiquário. Mas suponhamos, agora, que o antiquário dispusesse de um lote de jarras idênticas, que ele tem vendido regularmente – e que, a cada vez, foi *outra* jarra (qualitativamente indiscernível, mas numericamente diversa) que eu observei. E suponhamos, por fim, que, ignorante dessas sucessivas substituições, eu estivesse agora a pensar, em casa: ‘Quando a universidade depositar o próximo salário, a primeira coisa que vou fazer é comprar aquela jarra.’ Nessa ocorrência, a expressão ‘aquela jarra’ *carece de referência*: não há nenhuma jarra *particular* em que eu esteja pensando – o que é outra maneira de dizer que estou experimentando a *ilusão* de ter um pensamento singular.<sup>24</sup> Em termos russellianos, ‘aquela jarra’, no uso que agora faço dessa expressão, não é, aparências à parte, um *termo singular*, mas uma *descrição definida* (algo como ‘a jarra que venho observando’) que, de não estar satisfeita a condição de unicidade, nada denota. Mas, pela mesma razão porque não posso pensar *agora* (em casa) em nenhuma jarra *particular*, também não posso *reiterar* ne-

*outros* conceitos, e, *eo ipso*, pensando *outros* pensamentos. Em suma: a Terra Gêmea é *aqui*.

23 Cf. KAPLAN 1989: 537-538, e a articulação sistemática desse tema em DOKIC 2001.

24 Sobre essa espécie de ilusão, cf. EVANS 1982: 46 e McDOWELL 1986.

25 O *locus classicus* de apresentação da idéia de um pensamento que posso *denotar* (porque posso conhecer *por descrição*) mas *não posso pensar* é o ensaio de RUSSELL 1911. Em um artigo publicado há algum tempo, Jane Heal sugeria que, mesmo depois do deslocamento (*switch*) e ambientação

nhum dos pensamentos que me ocorreram diante da vitrine do antiquário (embora possa reiterar, na tentativa de expressar esses pensamentos, a construção *verbal* que, em cada caso, teria servido para expressá-los): e isso não porque tenha *esquecido* alguma coisa. Simplesmente, uma condição para fazer referência a qualquer dos objetos em que pensei anteriormente não está mais satisfeita (FALVEY 2003: 223-229).

Bem entendido, a perda que esse exemplo ilustra é de um conhecimento *empírico*: o conhecimento que o sujeito tinha acerca de um objeto determinado – seu conhecimento *de re*, p. ex., que aquela jarra de porcelana estava à venda, ou que era porcelana chinesa, e assim por diante. O autoconhecimento correspondente – o conhecimento, *de se*, de ter tido aquele conhecimento empírico – não é *ipso facto* afetado pela perda do primeiro. Mas, uma vez perdida a “ancoragem” do pensamento *de re* no objeto correspondente, a capacidade de *discriminar* os conteúdos das próprias atitudes proposicionais emerge (diversamente do que ocorria com o caso privilegiado do tempo presente) como condição *sine qua non* da “autoridade da primeira pessoa”: eu posso saber *que* pensei certos pensamentos; mas, não sendo capaz de discriminar os conteúdos desses pensamentos de certas alternativas relevantes, e fenomenologicamente indiscerníveis (*água / água-gêmea; aquela jarra / aquela outra*), *não sei*, em um sentido perfeitamente intuitivo, *que* pensamento pensei.<sup>25</sup>

Ora, justamente essa conseqüência – a imposição de um requisito *discriminativo* ao conhecimento dos próprios conteúdos proposicionais – era recusada pelos defensores da solução compatibilista canônica, como Burge, Davidson ou Shoemaker. Para esses autores, o modelo *perceptual* da compreensão (a representação da apreensão do conteúdo conceitual de um juízo como apreensão do correlato objetual de um estado intencional acusativo) teria sido, historicamente, a fonte de uma imposição *abusiva* do requisito discriminativo à análise da “autoridade da primeira pessoa”.<sup>26</sup> Mas, como se vê, esse caráter não-discriminativo que eles atribuíam à “autoridade da pri-

---

na Terra Gêmea, é possível para um sujeito evocar *por descrição* pensamentos sobre água (isto é, sobre H<sub>2</sub>O), empregando o termo ‘água’ como uma abreviatura de (por exemplo) algo como ‘o x tal que, em minha infância, eu nadava em x’. (HEAL 1998). Mas o recurso a esse expediente, longe de restituir o conteúdo proposicional perdido, é, antes, um reconhecimento tácito de sua perda.

26 Sobre o modelo perceptual da compreensão, cf. além dos artigos citados nas notas 15 e 16, DAVIDSON 1988 e SHOEMAKER 1994.

27 Embora, insisto em assinalar, não impeçam a reiteração da construção *verbal* que lhes deu expressão.

28 A analogia faz sua aparição em BURGE 1993 e é articulada em BURGE 1997 e BURGE 1998a. Na vasta literatura suscitada por essa proposta de Burge destacam-se CHRISTENSEN & KORNBLITH 1994, BRUECKNER 1997, GOLDBERG 1997, EDWARDS 2000, LAWLOR 2002, KRAAY 2002 e FALVEY 2003.

meira pessoa” resulta ostensivamente insuficiente tão logo abandonemos a perspectiva exígua do conhecimento, no *presente*, dos conteúdos das atitudes proposicionais *correntes* – a perspectiva exígua dos ‘*cogito-like thoughts*’. Como ilustra o exemplo das jarras de porcelana, os conteúdos de atitudes proposicionais *de re* exibem essa vulnerabilidade constitutiva que, de não estarem satisfeitas certas condições, das quais depende o acesso epistêmico ao objeto da atitude (condições cuja satisfação, todavia, pode escapar inteiramente ao controle do sujeito), esses conteúdos tornam-se inacessíveis – literalmente, *impensáveis* – para esse sujeito. E é assim que mudanças no conteúdo conceitual da memória podem tornar, temporária ou definitivamente, inacessíveis certos pensamentos passados.<sup>27</sup>

É isso que suscita o desconfortável paradoxo formulado em BOGHOSSIAN 1989 sobre a função da memória na inferência. O argumento de Boghossian tem a forma (e, ostensivamente, o propósito) de uma *redução ao absurdo*: a verdade do externalismo acarreta a possibilidade de erros inapreensíveis de raciocínio, em decorrência de modificações despercebidas do conteúdo proposicional da memória.

Suponhamos, para ilustrá-lo, que, tendo tido uma infância feliz na Terra, eu seja um dia transportado, sem o saber, para a Terra Gêmea. Com o passar do tempo, de acordo com a *doxa* externalista, meu uso do termo ‘água’ passa a designar o que, no uso que dele faz a comunidade lingüística a que agora pertença, efetivamente designa: a saber, XYZ. E eis-me agora a inferir, da conjunção das premissas *verdadeiras*

(6) Eu bebia muita água quando era criança.

e

(7) Este copo está cheio d’água.

a conclusão *falsa*

(8) Este copo está cheio do mesmo líquido que eu bebia quando criança.

Mais grave, a falácia em que incorro não é comparável à típica falácia de equívocação, em que uma ambigüidade é negligenciada, e a detecção e retificação da irracionalidade são acessíveis *em princípio*, e de modo inteiramente *a priori*, ao raciocinador. Nos casos imaginados por Boghossian, não há nada

<sup>29</sup> A análise da quantificação como regimentação formal das cláusulas relativas (e, em particular, da variável ligada como contrapartida formal do pronome relativo) é um tema recorrente na filoso-

que o sujeito possa fazer para reparar a irracionalidade, afora empreender uma investigação *empírica* do ambiente, e de sua própria história pessoal.

Em resposta a esse argumento, Burge introduz uma analogia entre *memória preservativa* e *remissão anafórica*.<sup>28</sup> A idéia central é que a reiteração, em um ato de pensamento *presente*, do conteúdo de um pensamento *passado* é tornada possível por uma relação de dependência comparável à que exibem os pronomes relativos, e outras expressões anafóricas, em relação a seus antecedentes nas construções lingüísticas em que ocorrem. Em 'Laura estava certa de que ela ia ser a vencedora do concurso', o pronome 'ela' designa Laura: seu conteúdo semântico é determinado pelo *antecedente anafórico* constituído pelo nome próprio – do mesmo modo como o valor de uma variável ligada na quantificação de primeira ordem é determinado pelo quantificador que é seu antecedente anafórico.<sup>29</sup> Analogamente, em 'Galileu disse que a Terra gira; embora isso fosse verdade, quase lhe custou a vida', as expressões 'isso' e 'lhe' remetem, respectivamente, à proposição 'A Terra gira' e a Galileu (o sujeito a quem quase custou a vida ter afirmado aquela proposição); e a estrutura da remissão é, novamente, a referência anafórica.

A tese de Burge é que quando eu penso *hoje* que, no passado, tive um certo pensamento, o conteúdo da auto-atribuição (do pensamento "de segunda ordem") 'Eu pensei que *p*' está, em relação ao conteúdo do pensamento ("de primeira ordem") *p* em uma relação de dependência *análoga* à de um pronome ou cláusula relativa para com seu antecedente anafórico. Assim, quando lembro, na Terra Gêmea, que bebia muita água quando era criança, estou pensando em *água* ( $H_2O$ ), e não em *água-gêmea* (*XYZ*), porque *defiro* a determinação da extensão desse termo ao usuário competente que *eu próprio* fui no passado (como o usuário de um nome próprio defere a fixação de sua referência àqueles que o precederam na cadeira histórica descrita por Kripke). Ao vincular, agora, esse conteúdo proposicional preservado ao juízo *presente* sobre o conteúdo do copo que tenho sobre a mesa, no contexto da inferência (6)-(8), minha intenção é re-empregar, na segunda premissa, *o mesmo* conceito que é constituinte da primeira. De um modo geral, *internamente* a uma inferência, os conteúdos conceituais constitutivos de cada passo inferencial exibem usualmente relações de depen-

fia da lógica de Quine: cf., por exemplo, QUINE 1960: 135-7.

30 Esse é o núcleo da resposta de Stephen Schiffer a Boghossian em SCHIFFER 1992.

31 Uma conversa com Luiz Carlos Pereira chamou-me a atenção para a importância desse esclarecimento.

32 GENTZEN 1935: 80.

33 A expressão é de GENTZEN 1935: 83.

34 Mas, entre os constituintes de cada um dos membros desse conjunto, não ocorrem, nas linguagens formalizadas que empregamos para representar a estrutura lógica do pensamento (por oposição aos "processos psicológicos do pensar"), *quaisquer* expressões demonstrativas

dência anafórica: uma paráfrase substituindo por cláusulas relativas as premissas separadas torna manifestas essas relações.<sup>30</sup>

A distinção entre argumentos, concebidos como objetos abstratos, e inferências é decisiva para a adequada compreensão dessa tese. Para não deixar dúvida, Burge *não* precisa impugnar a validade universal da regra de permutação:<sup>31</sup>

┆

---

Como a contração, a atenuação ou a transitividade, a permutação é uma propriedade estrutural *da relação de dedutibilidade* – de fato, uma propriedade mais básica que os esquemas de introdução e eliminação que, em cada caso, ‘representam, por assim dizer, as “definições” das constantes lógicas.’<sup>32</sup> A propriedade representada na “figura estrutural”<sup>33</sup> da permutação pode ser descrita informalmente como consistindo nisso, que as premissas de um argumento formam um conjunto *não-ordenado*.<sup>34</sup>

Uma inferência, em troca, é uma *série temporal* de atos de juízo. É o que, justamente, motiva Burge a insistir, como Descartes, na idéia de que a memória preservativa é ‘necessária para todo raciocínio que transcorra no tempo, *portanto, para todo raciocínio*’ (Grifo meu, PF).

E, por certo, se a análise de Burge estiver correta, o problema suscitado por Boghossian *desaparece*: longe de ter feito uma inferência inapreensivelmente falaciosa, eu fiz uma inferência válida *com uma premissa falsa*: a saber, o juízo, expresso lingüisticamente na construção (7) ‘Este copo está cheio d’água’,

ou pronominais, ou ambigüidades’ que, parafraseando Kripke (1979: 113), ‘arruinariam o sentido intuitivo’ da regra de permutação.

35 Podemos supor, alternativamente, que, em minha prolongada permanência na Terra Gêmea, eu tenha chegado a *perder* o conceito de água (H<sub>2</sub>O): como, no exemplo das jarras de porcelana, eu perdia os conceitos demonstrativos que expressara por construções como ‘esta jarra’, etc. Essa suposição é a de uma falha da memória preservativa, e a situação que ela obriga a considerar é aquela em que a *primeira* premissa do argumento – o juízo, expresso lingüisticamente na construção ‘Eu bebia muita água quando era criança’, de que eu bebia muita *água-gêmea* (XYZ) quando era criança – é falsa; a *segunda*, em troca, é verdadeira; e mais uma vez, trata-se de um argumento válido. Novamente, o fantasma de uma irracionalidade inapreensível se dissipa – mas a *falha* da função preservativa da memória suscita o problema mais difícil que a tese de Burge deixou sem solução.

36 Ao expor a analogia em ‘Memory and Self-Knowledge’, Burge adverte: ‘A analogia deve ser empregada com cautela. Eu não tomo a referência pronominal retrotraída (*pronominal back-reference*) como um modelo para a memória preservativa. Creio que a memória preservativa é mais fundamental (tanto ontogeneticamente como nas explicações da epistemologia e da racionalidade) que a anáfora na linguagem. De fato, parece-me que uma teoria lingüística da anáfora deve ser capaz de explicar a anáfora fundada na memória preservativa.’ (BURGE 1998a: 358). A insuficiência das escassas tentativas até aqui divulgadas de examinar essa relação de fundação (como a

que o copo que tinha diante de mim estava cheio do que, na premissa *antecedente* (6) – aqui é próprio falar em ‘antecedente’ – era chamado ‘água’.<sup>35</sup>

É evidente que estamos às voltas, a esta altura, com uma extensão muito mais problemática da tese canônica do compatibilismo. Desde logo, essa análise depende inteira da fecundidade heurística, ainda muito insuficientemente explorada, da analogia entre anáfora e memória preservativa.<sup>36</sup> Mas, a meu ver, há outra dificuldade, possivelmente mais séria. Burge insiste, na resposta a Boghossian e em outros escritos, na idéia de que a memória de que depende a inferência não funciona através de *discriminação* (como ocorre com a memória episódica) mas de *preservação* de conteúdos. Por essa razão, a suposição mais fundamental que ele impugna no argumento de Boghossian é a exigência tácita de que o conhecimento dos próprios conteúdos proposicionais fosse conhecimento discriminativo.<sup>37</sup> Essa exigência arruinaria o que é mais distintivo da “autoridade da primeira pessoa”: a capacidade de exame crítico dos próprios juízos, que supõe a acessibilidade imediata de seu conteúdo.

Mas precisamente isso suscita a dificuldade com que eu fico entre as mãos. Afinal de contas, mesmo se concedermos a Burge, Davidson, Shoemaker *et alii* que a autoridade da primeira pessoa funda-se em princípios normativos, e não no emprego de um processo confiável de identificação e reidentificação dos próprios conteúdos intencionais, permanece o fato de que a preservação de conteúdos *na memória* é, ela própria, dependente de processos causais cuja confiabilidade é (como toda confiabilidade) presumível, na melhor das hipóteses, *ceteris paribus*. O próprio Burge reconhece isso reiteradamente – para dar um único exemplo: ‘Dada a confiança apropriada na memória preservativa, e dada a existência de cadeias mnésicas causais remontando ao estado investido de conteúdo intencional, a memória preservativa retoma o conteúdo “antecedente” automaticamente, sem ter de identificá-lo.’ (BURGE 1998a: 358)

---

teoria do “pensamento anafórico” apresentada em LAWLOR 2002) torna premente a tarefa de investigar em detalhe a estrutura dos atos intencionais subjacentes à constituição e preservação de cadeias de remissão anafórica.

- 37 ‘Ao preservar conhecimento, *S* (ou a memória de *S*) não precisa estar na situação de uma terceira pessoa resolvendo o problema de saber se o conhecimento de ontem tinha um conteúdo e não outro. Isso seria tratar o pensamento passado como um objeto de identificação.’ (BURGE 1998a: 361)
- 38 Em particular, Burge reconhece explicitamente que a descoberta *ex post* do deslocamento (*switching*) pode importar na *perda* da capacidade de preservação. O problema tem uma contrapartida evidente no plano da memória coletiva. Cf., para um amplo panorama interdisciplinar das pesquisas sobre as vicissitudes da preservação, SCHACTER 1995.
- 39 Como escreve Boghossian, ‘a garantia que essa espécie de proposta fornece, acerca da compatibilidade do externalismo com o autoconhecimento fundado na autoridade (...) é vazia: não traz consigo nenhuma das *conseqüências* usuais da autoridade da primeira pessoa sobre o conteúdo



Ora, o problema está em caracterizar satisfatoriamente – e não, apenas, através do apelo genérico a “condições normais” – as circunstâncias em que a confiança na memória preservativa é apropriada; e, em particular, o que está envolvido em supor ‘a existência de cadeias mnésicas causais remontando ao estado investido de conteúdo intencional’. Em qualquer caso, o ponto crucial implicitamente concedido por Burge é que a preservação de conteúdo na memória é vulnerável às vicissitudes de suas base *empíricas*.<sup>38</sup>

Por fim (e aqui tocamos, receio, o fundo do poço), mesmo nos casos em que as condições pressupostas pela ‘confiança apropriada’ na memória preservativa (quaisquer que sejam) *estejam* satisfeitas, permanece o fato que, como o autoconhecimento que se expressa nos ‘*cogito-like thoughts*’, a memória preservativa descrita por Burge provê conteúdos proposicionais dos quais não é impróprio dizer que os preservamos e reiteramos *sejam quais forem* – como quem tirasse de uma gaveta, *de olhos fechados*, uma dentre várias bolinhas de gude que se distinguiriam apenas pela cor. Não por acaso Burge, Davidson e Shoemaker insistem em recusar a imposição de um requisito discriminativo ao conhecimento das próprias atitudes e conteúdos proposicionais; não por acaso, igualmente, Burge chama a memória *episódica* (por contraste com a memória preservativa), ‘substantiva’: a escolha do vocabulário indica suficientemente o que *não* é preservado no modelo que estamos considerando.

Parece evidente, à vista do que precede, que há pelo menos *dois* sentidos muito diferentes de ‘preservação’; e que, no mais importante dos dois (a preservação que caberia chamar, usando a terminologia de Burge, ‘substantiva’), o “autoconhecimento” de Burge, Davidson e Shoemaker, e como ele a memória preservativa tal como a representa a analogia com a remissão anafórica, não preservam, propriamente, *conteúdo* algum.<sup>39</sup> É precisamente isso que faz, diga-se de passagem, que o anti-realismo acerca do passado seja algo mais

do pensamento.’ (BOGHOSSIAN 1992: 15) A insuficiência de uma memória não-substantiva, cuja estrutura se deixaria caracterizar em termos da analogia com as cadeias de remissão anafórica, à maneira de Burge, é um tema recorrente nos escritos de Cora Diamond. Cf., em particular, DIAMOND 1988.

40 Cf., para um exame penetrante das relações entre a vulnerabilidade da memória e o anti-realismo acerca do passado, WRIGHT 1986.

41 Examinei esse tema, com referência específica ao impacto da reconstrução do passado sobre a identidade pessoal, em seminário ministrado na Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne) em abril de 2003, sob o título ‘Refaire le passé: identité, mémoire et connaissance de soi’; um ensaio em preparação estende essas considerações a uma avaliação do debate metafísico sobre o conceito de *mudança* que envolveu, no início do século XX, Bertrand Russell e John Ellis McTaggart e, meio século mais tarde, Elizabeth Anscombe e Judith Jarvis Thomson. O impacto da reconstrução do passado sobre a identidade pessoal é objeto de vasta literatura clínico-psiquiátrica,

que uma fantasia metafísica imotivada.<sup>40</sup> Num sentido bem determinado, o passado é *reconstruído* à medida que o conteúdo conceitual da memória (e do testemunho, para o caso da memória coletiva) é submetido a alterações, percebidas *ou* despercebidas.<sup>41</sup>

No plano da memória coletiva<sup>42</sup>, onde o fenômeno é muito mais ostensivo (e advém da vulnerabilidade da transmissão intersubjetiva, antes que da memória *stricto sensu*, à mudança conceitual), a perda de conteúdos conceituais, e os problemas envolvidos em sua recuperação, constituem, para dar um único exemplo, um tema central (se não for o tema central) da filosofia da ciência de Thomas Kuhn.<sup>43</sup> Desde *The Copernican Revolution* (1957), Kuhn esteve identificando e expondo – com a riqueza de detalhes que só o estudo empírico de exemplos concretos de mudança conceitual pode propiciar – as inferências falaciosas que, o mais das vezes tacitamente, impregnavam a historiografia da ciência, e comprometiam a compreensão filosófica da história das ciências, e, afinal, da própria natureza do empreendimento científico. Num exemplo brutalmente simplificado, poderíamos estar inclinados a raciocinar assim: (i) ‘Aristóteles disse que a Terra não é um planeta’; (ii) ‘Galileu disse que a Terra é um planeta’; (iii) ‘*Ergo*, Galileu contradisse Aristóteles’. Esse raciocínio é falacioso, observava Kuhn, porque a palavra ‘planeta’, em suas duas ocorrên-

---

examinada em perspectiva histórica em HACKING 1995.

- 42 O conceito foi introduzido em HALBWACHS 1925, um dos pilares da sociologia da memória contemporânea. Como ocorre com outros estudos empíricos sobre a memória, e sobre a cognição em geral (em psicologia ou neurobiologia, por exemplo), a epistemologia recém começa a descobrir, em seu despertar tardio do sono dogmático em que sonhou ser uma disciplina puramente *a priori*, o que esteve perdendo – e o preço que pagou por isso. (Mas não é indecoroso fazer autobiografia em notas de rodapé?)
- 43 Cf., com referência específica à tese externalista, KUHN 1990 e os ensaios reunidos em KUHN 2000.
- 44 Em (i), ‘planeta’ significa algo como *corpo celeste que se move em órbita própria, relativamente ao movimento da esfera estelar, em torno do centro imóvel do universo (sc., a Terra)*, e sua extensão é o conjunto {Sol, Lua, Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter, Saturno}: nesta acepção, ‘A Terra não é um planeta’ é uma proposição “analítica” (motivo pelo qual, diga-se de passagem, essa é uma das coisas que Aristóteles, até onde eu sei, nunca se deu o trabalho de dizer). Em (ii) ‘planeta’ significa algo como *corpo celeste não-luminoso que orbita em torno de uma estrela*, e sua extensão é um conjunto presumivelmente *infinito* do qual {Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter, Saturno} é um ínfimo subconjunto; e, nesta acepção, ‘A Terra é um planeta’ é uma verdade *empírica* (e não “analítica”).
- 45 Com relação a esses últimos, VIVEIROS DE CASTRO 2002 constitui uma retificação *exemplar* – no duplo sentido de ocupar-se de um exemplo concreto de impossibilidade de perspectivas, e de fornecer um modelo (um *paradigma*) de como se deva abordar esse fenômeno. Devo a José Arthur Giannotti haver-me chamado a atenção para o livro esplêndido que contém esse ensaio.
- 46 E, como Kuhn precisou descobrir que também há *micro*-revoluções científicas, e mudanças de paradigma que acontecem em pequena escala, e passam quase inteiramente despercebidas, também neste caso é preciso enfatizar a lição de Ludlow: a Terra Gêmea é *aqui*.
- 47 Não estará demais enfatizar: trata-se de um problema para o *externalismo*, cuja verdade eu não pretendi demonstrar (a meu ver, ela foi demonstrada por Putnam e Burge há trinta anos; e,

cias, expressa dois conceitos distintos, com extensões distintas, apenas parcialmente intersecantes.<sup>44</sup> Nisso, propriamente, consiste a ‘incomensurabilidade’, que tanto horror despertou entre os “racionalistas” da filosofia da ciência, e de que tanto abusaram, de outra parte, relativistas, “desconstrucionistas” e maus antropólogos.<sup>45</sup> O fenômeno que estive descrevendo pode ser redescrito, da perspectiva ampliada da comparação entre as vicissitudes da preservação na memória e na tradição, como a incomensurabilidade *consigo mesmo* que é o resultado de uma “mudança de paradigma” *intra-subjetiva*.<sup>46</sup>

Mas, com isso, chegamos ao estágio em que, por um lado, começa a parte mais interessante das tarefas de uma epistemologia da memória preservativa (o exame de exemplos concretos de perda ou alteração conceitual, que deve *preceder* a articulação de uma teoria satisfatória da preservação), mas que, por outro, excede os limites desta comunicação. Por ora, tudo que pretendi fazer foi mostrar que *há* um problema genuíno, que não fica resolvido com a espécie de argumento *a priori*, fundado em considerações sobre a função constitutiva do autoconhecimento na racionalidade, que ofereceram Burge, Davidson ou Shoemaker; e que a analogia proposta por Burge entre memória preservativa e anáfora, se por um lado expressa o reconhecimento da insuficiência daquela estratégia argumentativa, por outro, dista muito (pelo menos em sua forma atual, ainda muito incipiente) de oferecer uma solução para o problema.<sup>47</sup>

Eu também gostaria de sugerir (mas isso não estou preparado para demonstrar; não por enquanto, em todo caso) que esse problema não pode ser resolvido por nenhum argumento *a priori*, ou, a propósito, por nenhum *argumento* – que esse é um exemplo da espécie de problema que a filosofia pode (e *deve*, é sua tarefa própria) identificar e expor, mas não pode resolver. Se eu estiver certo, a preservação de conteúdos proposicionais – e, com eles, da capacidade de inferir corretamente (a preservação da verdade) – é uma tarefa

---

talvez, há muito mais tempo por outros filósofos, cf. nota 10). Mas eu gostaria de sugerir que o fato de passar ao largo desse problema (que, em seus próprios termos, não é nem mesmo coerentemente enunciável) *não* constitui uma virtude – e, por conseguinte, não deveria ser invocado como um argumento em favor – do internalismo.

48 Versões preliminares deste artigo foram apresentadas, em diferentes encontros filosóficos, durante o primeiro semestre de 2005. Na revisão que ora divulgo, procurei levar em conta as objeções e comentários que me foram apresentados por Alejandro Vigo, Carlos Enrique Caorsi, Dirk Greimann e Marco Ruffino em Santa Maria; por Alfredo Storck, André Klaudat, Gerson Louzado, José Alexandre Guerzoni, Lia Levy e Silvia Altmann em Porto Alegre; por Eduardo Barrio, Hilan Bensusan, Plínio Junqueira Smith e Roberto Horácio de Sá Pereira em São Paulo; e por Carlos Pereda e Roy Brand na Cidade do México. César Schirmer dos Santos, Giovanni Godoy Felice e Rogério Passos Severo enviaram-me valiosos comentários escritos. Marco Ruffino teve a generosidade de submeter a “penúltima” versão deste texto a discussão no seminário extracurricular que coordena no Rio de Janeiro, e transmitir-me por escrito as principais dúvidas, objeções e

a ser empreendida, por assim dizer, sempre de novo, e sem garantias: é, para falar como Kripke, uma tarefa de *risco*. Nenhum *argumento* pode nos assegurar contra esse risco; supor o contrário é uma forma de auto-engano que, não por ser amplamente disseminada em filosofia, é menos perniciosa. Com essa espécie de dificuldade, em suma, a gente lida *como pode*.

---

comentários dos participantes; também lhe devo ter-me chamado atenção para a fecundidade das idéias de David Kaplan na abordagem do problema aqui discutido. E (como se diz, na última hora) Dirk Greimann prestou-me ainda precioso auxílio na revisão final do texto. Minha gratidão para com esses ouvintes e leitores de boa vontade estende-se aos alunos de um seminário ministrado no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS, no primeiro semestre de 2005, sob o título: 'Designação Rígida: Anáfora, Deferência e Preservação de Conteúdo'. É com profunda tristeza que dedico este artigo à memória de Arno Aurélio Viero. Eu emprendia a revisão de meus rascunhos quando recebi a notícia terrível de seu assassinato, no curso de um assalto à mão armada, em frente ao campus da Universidade Federal Fluminense. A filosofia brasileira foi privada, brutalmente, de um dos investigadores mais talentosos de sua geração – e todos os que o conheceram, do convívio com um ser humano afetuoso e solícito, alegre e generoso. É uma pobre homenagem que aqui lhe presto.

Um aforismo de Lichtenberg descreve o encontro de um cego com um paralítico. O cego pergunta: 'Como você anda?'; ao que o paralítico responde: 'Como você vê'.<sup>48</sup>

#### Referências bibliográficas

BERGER, Alan (2002). *Terms and Truth: Reference Direct and Anaphoric* (Cambridge MA & London: The MIT Press)

BERNECKER, Sven (2000). 'Knowing the World by Knowing One's Own Mind', *Synthese* **123**: 1-34

BOGHOSSIAN, Paul A. (1989). 'Content and Self-Knowledge', *Philosophical Topics* **17**: 5-26

BOGHOSSIAN, Paul A. (1992). 'Externalism and Inference', *Philosophical Issues* **2**: 11-28

BOGHOSSIAN, Paul A. (1997). 'What the Externalist Can Know A Priori', *Proceedings of the Aristotelian Society* **47**: 161-75

BRANDOM, Robert B. (1984) 'Reference Explained Away', *Journal of Philosophy* **81**: 469-492

BRUECKNER, Anthony (1997). 'Externalism and Memory', *Pacific Philosophical Quarterly* **78**: 1-12

BURGE, Tyler (1977). 'Belief *De Re*', *Journal of Philosophy* **74**: 338-362

BURGE, Tyler (1979). 'Individualism and the Mental', *Midwest Studies in Philosophy* **4**: 73-122

BURGE, Tyler (1982). 'Other Bodies', em Andrew Woodfield (ed.), *Thought and Object* (Oxford: Clarendon Press): 97-122, reimpresso em PESSIN & GOLDBERG 1996: 142-160

BURGE, Tyler (1988) 'Individualism and Self-Knowledge', *Journal of Philosophy* **85**: 649-663; reimpresso em LUDLOW & MARTIN (1998): 111-127

BURGE, Tyler (1993). 'Content Preservation', *The Philosophical Review* **102**: 457-488

- BURGE, Tyler (1996). 'Our Entitlement to Self-Knowledge', *Proceedings of the Aristotelian Society* **96**: 91-1
- BURGE, Tyler (1997). 'Interlocution, Perception, and Memory', *Philosophical Studies* **96**: 21-47
- BURGE, Tyler (1998a). 'Memory and Self-Knowledge', em LUDLOW & MARTIN (1998): 351-370
- BURGE, Tyler (1998b). 'Reason and the First Person', em WRIGHT, SMITH & MCDONALD 1998: 243-270
- CHASTAIN, Charles (1975). 'Reference and Context', *Minnesota Studies in the Philosophy of Science, Vol. 7 – Language, Mind, and Knowledge*, ed. Keith Gunderson (Minneapolis: University of Minnesota Press): 194-269
- CHRISTENSEN, David & KORNBLITH, Hilary (1994). 'Testimony, Memory and the Limits of the *a Priori*', *Philosophical Studies* **86**: 1-20
- DAVIDSON, Donald (1984) 'First-Person Authority', *Dialectica* **38**: 101-111, reimpresso em *Subjective, Intersubjective, Objective* (Oxford: Oxford University Press, 2001): 3-14
- DAVIDSON, Donald (1987). 'Knowing One's Own Mind', *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, 441-58, reimpresso em *Subjective, Intersubjective, Objective* (Oxford: Oxford University Press, 2001): 15-38
- DAVIDSON, Donald (1988). 'The Myth of the Subjective', em Michael Benedikt & Rudolf Berger, eds., *Bewusstsein, Sprache und die Kunst* (Viena: Verlag der Österreichischen Staatsdruckerei), reimpresso em *Subjective, Intersubjective, Objective* (Oxford: Oxford University Press, 2001): 39-52
- DAVIDSON, Donald (2004). *Problems of Rationality* (Oxford: Oxford University Press)
- DESCARTES, René (1701). *Regulae ad Directionem Ingenii*, em *Ceuvres de Descartes publiées par Charles Adam et Paul Tannéry* (Paris: Vrin/CNRS, 1976-1982), tomo X.
- DIAMOND, Cora (1988). 'Losing Your Concepts', *Ethics* **98** (1988): 255-277
- DOKIC, Jérôme (1997). 'Une théorie réflexive du souvenir épisodique', *Dialogue* **36**: 527-554

- DOKIC, Jérôme (2001). *L'esprit en mouvement: essai sur la dynamique cognitive* (Stanford: CSLI Publications)
- DONNELLAN, Keith (1966). 'Reference and Definite Descriptions', *The Philosophical Review* **75**: 281-304
- DONNELLAN, Keith (1972) 'Proper Names and Identifying Descriptions', em Donald Davidson & Gilbert Harman (eds.), *Semantics of Natural Language* (Dordrecht: D. Reidel): 256-379
- DONNELLAN, Keith (1984) 'Speaking of Nothing', *The Philosophical Review* **78**: 3-31
- EDWARDS, Jim (2000). 'Burge on Externalism and Memory'. *Analysis* **60**: 124-131
- EVANS, Gareth (1982). *The Varieties of Reference*, ed. John McDowell (Oxford: Oxford University Press)
- FALVEY, Kevin (2003). 'Memory and Knowledge of Content', em NUCCETELLI (2003), pp. 219-240
- FARIA, Paulo (1999). 'Discriminação e Afecção', em Edgar Marques *et alii* (orgs.), *Verdade, Conhecimento e Ação: Ensaios em Homenagem a Guido Antônio de Almeida e Raul Landim Filho* (São Paulo: Loyola): 145-159
- FARIA, Paulo (2001a). 'A l'écoute de Russell: de la "Théorie de la Connaissance" à la Philosophie de la Psychologie', em Christiane Chauviré *et alii* (eds.), *Wittgenstein: les mots de l'esprit* (Paris: Vrin) : 129-155
- FARIA, Paulo (2001b). 'Discriminação e Conhecimento Direto', em Guillermo Hurtado (ed.), *Subjetividad, Representación y Realidad* (Puebla: Universidad Autónoma de Puebla): 9-29
- FARIA, Paulo (2001c). 'Discriminação e Conhecimento de Si' , em Ulysses Pinheiro *et alii* (eds.), *Ontologia, Conhecimento e Linguagem: um Encontro de Filósofos Latino-Americanos* (Rio de Janeiro: FAPERJ / Mauad): 113-128
- FARIA, Paulo (2001d). 'Le guêpier de Moore', em Sandra Laugier (ed.), *Wittgenstein: Métaphysique et Jeux de Langage* (Paris: Presses Universitaires de France): 129-152

GEACH, Peter (1970). 'The Perils of Pauline', reimpresso em *Logic Matters* (Berkeley: University of California Press, 1980): 153-165.

GENTZEN, Gerhard (1935). 'Investigations into Logical Deduction' em *The Collected Papers of Gerhard Gentzen*, tr. M. E. Szabo (Amsterdam: North-Holland, 1969): 68-131

GOLDBERG, Sanford C. (1997), 'Self-Ascription, Self-Knowledge, and the Memory Argument', *Analysis* **57**: 211-219

HACKING, Ian (1995). *Rewriting the Soul: Multiple Personality and the Sciences of Memory* (Princeton: Princeton University Press)

HALBWACHS, Maurice (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*, postface de Gérard Namer (Paris : Albin Michel, 1994)

HEIL, John (1988). 'Privileged Access', *Mind* **97**: 238-251, reimpresso em LUDLOW & MARTIN 1998: 129-45

HOERL, Christoph & McCORMACK, Teresa, eds. (2001). *Time and Memory* (Oxford: Oxford University Press)

KAPLAN, David (1989). 'Demonstratives: an Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals', em Joseph Almog, John Perry & Howard Wettstein (eds.), *Themes from Kaplan* (New York & Oxford: Oxford University Press): 481-563

KRAAY, K. J. (2002). 'Externalism, Memory, and Self-Knowledge', *Erkenntnis* **56**: 297-317

KRIPKE, Saul A. (1971). 'Identity and Necessity', em Milton Munitz (ed.), *Identity and Individuation* (New York: New York University Press): 135-164

KRIPKE, Saul A. (1972). *Naming and Necessity* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980)

KRIPKE, Saul A. (1979). 'A Puzzle About Belief', em Nathan Salmon & Scott Soames (eds.), *Propositions and Attitudes* (Oxford: Oxford University Press, 1988)



KUHN, Thomas S. (1990). 'Dubbing and Redubbing: The Vulnerability of Rigid Designation', em C. Wade Savage (ed.), *Scientific Theories* (Minnesota Studies in the Philosophy of Science, Vol. XIV) (Minneapolis: University of Minnesota Press): 298-318

KUHN, Thomas S. (2000). *The Road Since 'Structure'*, ed. James Conand & John Haugeland (Chicago: The University of Chicago Press)

LAWLOR, Krista (2002). 'Memory, Anaphora, and Content Preservation', *Philosophical Studies* **109**: 97-119

LUDLOW, Peter & MARTIN, Norah, eds. (1998). *Externalism and Self-Knowledge* (Stanford: CSLI Publications)

MARTIN, M. G. F. (2001) 'Out of the Past: Episodic Recall as Retained Acquaintance', em HOERL & McCORMACK (2001): 257-284

McDOWELL, John (1986). 'Singular Thought and the Extent of Inner Space', reimpresso em *Meaning, Knowledge, and Reality* (Oxford: Blackwell, 1998): 228-259.

McDOWELL, John (1992). 'Putnam on Mind and Meaning', *Philosophical Topics* **20**: 35-48; reimpresso em PESSIN & GOLDBERG 1996: 305-317

NUCCETELLI, Susana, ed. (2003). *New Essays on Semantic Externalism and Self-Knowledge* (Cambridge, MA & London: The MIT Press)

PESSIN, Andrew & GOLDBERG, Sanford, eds. (1996). *The Twin Earth Chronicles: Twenty Years of Reflection on Hilary Putnam's "The Meaning of 'Meaning'"*. (Armonk, NY & London: M. E. Sharpe)

PUTNAM, Hilary (1970). 'Is Semantics Possible?', em *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers, vol. 2* (Cambridge: Cambridge University Press, 1975): 139-152.

PUTNAM, Hilary (1975). 'The Meaning of "Meaning" ', em *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers, volume 2* (Cambridge: Cambridge University Press, 1975): 215-271

PUTNAM, Hilary (1981). *Reason, Truth, and History* (Cambridge: Cambridge University Press)

QUINE, Willard van Orman (1960). *Word and Object* (Cambridge, MA: The MIT Press)

RUSSELL, Bertrand (1911). 'Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description', reimpresso em *The Collected Papers of Bertrand Russell, volume 6: Logical and Philosophical Papers, 1909-13*, ed. John C. Slater (London & New York: Routledge, 1992), 148-161.

RUSSELL, Bertrand (1912). *The Problems of Philosophy* (Oxford: Oxford University Press)

RUSSELL, Bertrand (1984). *Theory of Knowledge: the 1913 Manuscript*, ed. Elizabeth Ramsden Eames & Kenneth Blackwell (London: Routledge)

SCHACTER, Daniel, ed. (1995). *Memory Distortion: How Minds, Brains and Societies Reconstruct the Past* (Cambridge, MA: Harvard University Press)

SCHIFFER, Stephen (1992). 'Boghossian on Externalism and Inference', *Philosophical Issues* **2**: 29-37.

SHOEMAKER, Sidney (1988). 'On Kowing One's Own Mind', *Philosophical Perspectives* **4**: 187-214

SHOEMAKER, Sidney (1994). 'The Royce Lectures: Self-Knowledge and "Inner Sense"' reimpresso em *The First-Person Perspective and Other Essays* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996): 201-268

TULVING, Endel (1983) *Elements of Episodic Memory* (Oxford: Clarendon Press)

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (2002). 'Perspectivismo e Multinaturalismo na América Indígena', em *A Inconstância da Alma Selvagem* (São Paulo: Cosac & Naify): 347-399

WRIGHT, Crispin (1986). 'Anti-Realism, Timeless Truth and *Nineteen Eighty-Four*', em *Realism, Meaning and Truth* (Oxford: Basil Blackwell): 176-203.

WRIGHT, Crispin, SMITH, Barry C. & MCDONALD, Cynthia, eds. (1998). *Knowing Our Own Minds* (Oxford: Clarendon Press)